

# **Sistematização do Seminário Nacional Projeto Político Pedagógico Participativo Centros de Formação em Economia Solidária**

Equipe de Sistematização:  
Aline Mendonça– CFES Sul  
José Inácio Konzen – CFES Sul  
Mariléia Hillesheim – CFES Nacional  
Sérgio Mariani - CFES Nacional  
Alzira Medeiros – CFES Nordeste  
Raquel de Aragão Uchôa Fernandes – CFES Nordeste  
Rosângela Carneiro Góes– CFES Centro Oeste  
Rutiléia de Sá Arruda – CFES Centro Oeste  
Débora Frazão – CFES Sudeste  
Bárbara Espinola – CFES Norte

Brasília/DF, maio de 2010.



Secretaria Nacional de  
Economia Solidária

Ministério do  
Trabalho e Emprego



## SUMÁRIO

Introdução .....	3
1. Considerações sobre o método: a concepção de PPPP.....	5
2. Marco Situacional – O contexto.....	6
2.1. Contexto da Economia Solidária no Brasil.....	7
2.1.1.Contexto nas diferentes regiões.....	7
2.2 O perfil dos sujeitos.....	9
3. Fundamentos políticos e filosóficos.....	9
3.1. Concepção de sociedade .....	10
3.2. O que é a economia solidária.....	11
3.3. O sujeito.....	12
3.4. Símbolos e Identidade.....	12
3.4.1. Questões para contribuir com a reflexão sobre a identidade, os símbolos e a mística que fortalece e amplia a identidade e a unidade em torno de um ideal.....	13
4. Marco operativo.....	13
4.1. Concepção de educação.....	14
4.2. Pedagogia da autogestão – princípios metodológicos.....	15
4.2.1Princípios Metodológicos da Educação para Economia Solidária.....	15
5. Marco estratégico.....	17
5.1. A sistematização e o processo de construção do conhecimento.....	17
5.2. Organicidade da rede.....	17
5.2.1 Organicidade através da Rede de Formadores.....	19
5.2.1.1. Objetivos da Rede.....	19
6. Algumas especificidades/ particularidades.....	20
7. Pontos para refletir/ aprofundar.....	21
8. Encaminhamentos para Organização da Rede e Estratégias de continuidade do processo de construção do PPPP.....	23
Fontes.....	26
Referências.....	26
Apêndice I – Orientações para reflexão Seminário Nacional PPPP.....	27
Apêndice II – Relatório – cópião – Seminário Nacional PPPP.....	27
Anexo I – Termo de Referência CFES.....	27

## Introdução

Os CFES estão sendo construídos para atender parte das propostas e demandas de formação em economia solidária que vêm sendo debatidas desde a realização das Oficinas sobre a formação em economia solidária, coordenadas pelos FEES, SENAES/MTE e FBES e na I Conferência Nacional de Economia Solidária. A proposta para uma Política Nacional de Formação e Rede de Formadores em Economia Solidária debatida na II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária já indicava à constituição de um Centro Nacional de Formação como espaço de referência em formação, educação em economia solidária, bem como a importância da construção de uma Rede Nacional de Formadores. As propostas construídas nos debates das Oficinas sobre Formação/Educação também contribuíram para a proposição na I Conferência Nacional de Economia Solidária quanto à implementação de uma política pública de formação, educação e assessoria técnica.

Entre as principais proposições da I Conferência Nacional, merecem destaque:

- a Economia Solidária exige uma educação solidária que transforme a mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação, além do desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário;
- A Educação para a Economia Solidária, seguindo os princípios da solidariedade e autogestão, contribui para o desenvolvimento de um país mais justo e solidário. Ela deverá valorizar as pedagogias populares e suas metodologias participativas e os conteúdos apropriados à organização, na perspectiva da autogestão, tendo como princípio a autonomia.

Um dos desdobramentos destas proposições, enquanto ação de política pública, foi a constituição dos CFES a partir de um Edital Público Nacional, em outubro de 2007, para constituir cinco CFES Regionais e um CFES Nacional. O objetivo geral dos CFES, segundo este edital, “é a formação de formadores(as), educadores(as) e gestores(as) públicos que atuam com economia solidária, contribuindo para fortalecer seu potencial de inclusão social e de sustentabilidade econômica, bem como, sua dimensão emancipatória.”

As principais atividades dos CFES, como determinava o referido edital, são cursos nacionais, regionais e estaduais para formação de formadores e oficinas locais. Os CFES também realizam encontros para apoiar a articulação e organização da Rede de Formadores. Está explícito que a sistematização é um processo inerente à formação.

Assim, o conjunto das ações e estratégias estão relacionadas ao fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários por meio da ampliação do número de formadores(as) em economia solidária e a construção de subsídios à formulação de políticas públicas de Economia Solidária.

Por diferentes situações os processos de implantação dos CFES se deram em tempos e ritmos diferentes, que resultam em experiências e acúmulos distintos. Enquanto os primeiros iniciaram as suas atividades no final de 2008, o último iniciou as suas atividades em 2010.

Durante o período de 2008 e 2010 os debates em torno da educação, formação e assessoria técnica para a economia solidária vêm evoluindo tanto na sua denominação como nas proposições para atender o conjunto das demandas dos empreendimentos solidários. Entre as atividades podemos ressaltar as conclusões da I Conferência Temática sobre Formação e Assessoria Técnica, realizada de 12 a 14 de abril de 2010, que elabora como concepção para a II Conferência Nacional, onde:

educação em economia solidária é definida como uma “construção social”, que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento sustentável que considera as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política.

Seguida do reconhecimento do “trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais”. Desta forma, “as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias são fundamentadas na perspectiva emancipatória de

transformação dos sujeitos e da sociedade.”

A referida Conferência Temática resolve uma pendência das elaborações anteriores ao definir que “a formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária”. Registra, ainda, esta Conferência Temática que as técnicas e tecnologias para os empreendimentos econômicos solidários tenham uma referência nos processos produtivos e relações de trabalho associado e que para a sua adequação devem ser realizadas pesquisas e estudos a partir do trabalho produtivo e reprodutivo.

No percurso das atividades dos CFES surge a importância da construção de um Projeto Político Pedagógico e Participativo (PPPP) capaz de explicitar o contexto no qual a economia solidária vem construindo a sua identidade, afirma os objetivos políticos e orienta as estratégias e atividades dos CFES. Os primeiros sinais surgem durante a realização do 1º e 2º curso nacional, em 2009. O debate e indicativos destes cursos foram remetidos para um debate no Conselho Gestor onde os CFES Regionais manifestaram que implícita ou explicitamente todos os CFES já se referenciavam num PPPP. Diante da afirmação, constatou-se que é importante e necessário socializar entre todos os CFES o que existia de prática e elaboração dos PPPPs e analisar quais são as possibilidades e condições para a construção de um PPPP como referência para todos os CFES, considerando suas especificidades e singularidades.

Os desdobramentos desta discussão indicaram a necessidade de viabilizar encontros entre todos os CFES para socializar e refletir sobre os PPPPs. Para concretizar o início do processo de debate do PPPP dos CFES, o Conselho Gestor do CFES Nacional encaminhou a realização de um primeiro seminário e a constituição de uma comissão para prepará-lo e para orientar os CFES na apresentação do seu PPPP. O Seminário foi realizado nos dias 18, 19 e 20 de maio de 2010, em Brasília, com a participação de 40 pessoas entre as quais: membros dos Conselhos Gestores e Coordenação de todos os CFES, dos coletivos de formação ou membros dos Fóruns de Economia Solidária de cada estado, da Rede de Educação Cidadã (RECID) e do Fórum de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Com o objetivo de favorecer a necessária organicidade do processo de construção do PPPP e a sistematização das experiências vivenciadas pelos CFES, a comissão responsável pela organização do seminário construiu uma orientação metodológica para apoiar os CFES e garantir a socialização. Desta forma, com base em algumas referências de Danilo Gandin, entre outros, indicamos a organização dos PPPPs em quatro eixos: o eixo situacional (contexto); o eixo dos fundamentos político-filosóficos; o eixo operativo que reúne os referenciais metodológicos; e finalmente o eixo que apresenta as estratégias formativas e que dão organicidade ao projeto político pedagógico. Neste sentido, todos os CFES passaram a se organizar e se preparar, dentro de suas possibilidades, para a reflexão e redação de seus PPPPs a serem apresentados no seminário nacional.

A socialização do trabalho realizado pelos CFES e os debates no Seminário apontam que um PPPP do conjunto dos CFES precisa responder as aspirações e demandas dos atores da Economia Solidária, tendo como referência a afirmação e o fortalecimento da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento, na diversidade e identidade dos atores, dos contextos territoriais e dos diferentes sujeitos que estão no campo da economia solidária. Este processo, além de se constituir numa construção coletiva de um PPPP para todos os CFES, também apresenta uma possibilidade de reflexão sobre a afirmação do Projeto Político da economia solidária enquanto um movimento social e da construção de uma política de educação para a economia solidária que explicita e dimensione o papel e responsabilidades do Estado.

Como a construção de um Projeto Político Pedagógico só tem sentido quando ele acontece através de um processo de participação ampla dos formadores da economia solidária e daqueles que já vem participando das atividades dos CFES e de outros atores sociais que se compartilham da construção de uma sociedade justa, equitativa, solidária e democrática, não se encerra neste Seminário. A partir desta compreensão, consideramos que esse processo continua nos Estados, a partir das atividades regionais e estaduais coordenadas pelos CFES Regionais, culminando em um segundo seminário nacional, ainda este ano.

## 1. Considerações sobre o método: a concepção de PPPP

Como já referido na introdução deste documento, a reflexão aqui exposta é resultado de um processo coletivo orientado pela comissão responsável pela organização do seminário. A metodologia proposta não só contribui para a discussão sobre o PPPP, mas também reflete a compreensão que os CFES têm sobre PPPP.

Segundo Gandin – principal referência deste trabalho -

A visão do Planejamento Participativo avança para questões amplas e complexas, combatendo a noção de neutralidade, e buscando como se pode contribuir para interferir na realidade social, para transformá-la e para construí-la numa direção estabelecida em conjunto por todos os que participam da instituição, grupo ou movimento. (GANDIN, 2001).

Partindo desta leitura, como dito anteriormente, consideramos os três eixos referenciais indicados por Gandin (o marco situacional: expressa como percebemos a realidade global em seus problemas, desafios e esperanças; o marco doutrinal: que expressa o modelo de sociedade e utopia que fundamenta a proposta político-social da educação que desejamos; e o marco operativo, que expressa a nossa utopia instrumental) para construir nossa reflexão sobre PPPP. Ao adotarmos a metodologia de Gandin, nos posicionamos sobre o entendimento de como o PPPP deve ser construído, não só pelas questões amplas e complexas que orientam os eixos, mas pela ordem que devemos considerá-las – partindo da realidade concreta, refletindo sobre a perspectiva que se almeja e, por fim, configurando as estratégias e instrumentos para realizar tal perspectiva.

Assim, a metodologia evidencia um processo deve ser:

- # dinâmico e em permanente construção;
- # que busque a construção coletiva considerando as demandas existentes;
- # que tenha organicidade e objetividade;
- # que seja avaliado e monitorado e que contribua para uma prática educativa e formativa;
- # que respeite a realidade, a diversidade, a pluralidade, as potencialidades e as necessidades;
- # que tenha fundamentos políticos e filosóficos;
- # que estimule mudanças transformadoras, culturais e sociais em prol do desenvolvimento sustentável das populações pela inclusão, reflexão e reconstrução de valores;
- # que tenha ações transformadoras com intencionalidades bem definidas;
- # que tenha método com enfoque político (que sociedade queremos?) pedagógico, (educação popular) e participativo (construída coletivamente com todos os atores envolvidos direta e indiretamente).

Diante desta metodologia, os Centros de Formação em Economia Solidária buscaram fazer a reflexão sobre a dinâmica e concepção do projeto político pedagógico em suas regiões e a confluência destas reflexões resultou numa compreensão de PPPP que atendesse as diferentes percepções e perspectivas do projeto político pedagógico para a educação da economia solidária.

O projeto político pedagógico retrata a concepção de sociedade, de mundo e de educação que se quer construir com a participação dos sujeitos sociais. É um instrumento teórico-metodológico que deve conter princípios, diretrizes e propostas de ação a fim de contribuir para a reflexão, organização, sistematização e re-significação das atividades desenvolvidas nos espaços educativos orientando e fundamentando um conjunto de ações pedagógicas. No entanto, trata-se de um processo dinâmico em que se reconhece a complexidade da realidade contraditória e desigual onde se situa a ação e participação dos sujeitos envolvidos no processo educacional. Assim, o projeto político pedagógico participativo é considerado a partir de um movimento de práxis de ação-reflexão-ação perseguindo uma perspectiva de transformação social centrada na solidariedade e na justiça social.

Com esta leitura e com a perspectiva de sistematizar as reflexões do seminário, a comissão organizou o processo a partir dos seguintes passos metodológicos:

*1º passo:* momento prévio ao seminário - reuniões virtuais da comissão a fim de preparar documento orientador das discussões nas regiões (ver apêndice 1);

*2º passo:* apresentação e debate sobre as reflexões das regiões;

*3º passo:* transcrição das apresentações e discussões realizadas no seminário;

*4º passo:* momento posterior ao seminário - leitura, tabulação e organização das informações relativas ao material transcrito;

*5º passo:* momento posterior ao seminário - organização das informações a partir de categorias por eixo;

Esse trabalho viabilizou um enorme agrupamento de informações importantes sobre os eixos que orientam a construção do PPPP. Contudo, as informações não apresentaram uma uniformidade que possibilitasse um aprofundamento e refinamento dos diferentes aspectos característicos das regionais. Desta forma, este documento tem caráter de apoio para continuidade das reflexões sobre PPPP.

Nas principais discussões deste documento intituladas “Marco Situacional – O contexto”, “Fundamentos políticos e filosóficos”, “Marco operativo” e “Organicidade da rede” o que chamamos de “grandes convergências” que puderam ser identificadas no Seminário PPPP realizado pelo projeto CFES. Todavia tais convergências ainda não foram pactuadas pelo conjunto do CFES. A sua identificação se baseou nas tarjetas elaboradas e pela leitura que a comissão de sistematização fez sobre os pontos no sentido amplo.

Logo, no item “algumas especificidades/particularidades” consideramos as particularidades de cada CFES e no item “pontos para refletir/ aprofundar” pontuamos algumas divergências.

## **2. Marco Situacional – O contexto**

### **2.1 Contexto da Economia Solidária no Brasil**

No contexto brasileiro, já podemos caracterizar as manifestações de organização popular dos quilombolas, como alternativa ao modo de produção escravocrata. A organização coletiva dos quilombos se caracterizava por uma forma de economia solidária já existente nos séculos 17 e 18. Cabe ressaltar que o mapeamento (SIES) registrou empreendimentos surgidos há muito tempo, desde o início dos anos 1900.

Com o fim da escravidão, no século XX, inicia-se o processo de implementação do capitalismo periférico baseado no trabalho assalariado. A industrialização, tardia, se dá apenas após a Revolução de 30. Apesar do modelo baseado na produção primária voltada para a exportação sempre ter se mostrado inadequado para permitir o desenvolvimento do país.

A década de 70 é caracterizada por significativos aumentos nas taxas de crescimento econômico, com o aval da ditadura que beneficiou a preservação da heterogeneidade do mercado de trabalho e de relações de trabalho antidemocráticas.

Já a década de 80 é marcada pelo surgimento e emergência dos movimentos sociais contra o regime militar. Movimento de resistência e a luta pela democratização dos setores populares que constroem novas estratégias socioeconômicas imbricadas às lutas por direitos sociais. Nos finais dos anos 1980, os primeiros estudos evidenciam os sinais de construção de uma outra economia: a economia de solidariedade.

Neste contexto, podemos destacar alguns movimentos que representam manifestações próximas a economia solidária, que lutam por outro modelo de desenvolvimento, como o movimento por moradias, os mutirões em autogestão, os PAC's, o movimento cooperativista, a luta dos trabalhadores sem terras, o movimento operário, os ribeirinhos, os seringueiros, a igreja e a educação popular.

Através da educação popular e da discussão da autogestão, começa a nascer à luta por outra economia e a abertura democrática é apenas uma das condições para seu fortalecimento.

Anos 90, o neoliberalismo afirmando que Estado não devia mais se preocupar com questão social, saúde, educação, priorizando a privatização dos serviços, podemos compreender que há um novo contexto, onde a falência do Estado diante das sucessivas crises, demonstra que o neoliberalismo tem poder de resolver os dramas da sociedade.

No Brasil e na América Latina acentuam-se os conflitos com as populações indígenas frente à demarcação de terras, bem como, uma lentidão na demarcação de terras quilombolas. Na agenda macro-econômica do governo a prioridade são os grandes investimentos, focados na exportação de produtos primários e insumos semi-elaborados, a atração de inversões estrangeiras e a internacionalização de grandes empresas brasileiras.

Com vários grupos que começam a exercer a autogestão, a década de 90 pode ser considerada como a década de auto-reconhecimento da Economia Solidária enquanto campo de resistência e de luta. São valorizadas micro formas de se organizar, em complementação as grandes mobilizações da década de 80. Diferentes movimentos até então dispersos começam assim a se reconhecer em espaços comuns.

Para o movimento popular chamar desenvolvimento o atual processo revela-se inapropriado e ilegítimo. Na contemporaneidade, sessenta anos após as promessas de desenvolvimento, o que se apresenta é uma concentração maior no crescimento econômico. Diminui a pobreza em números, mas a desigualdade continua sendo a marca do Brasil. Os grandes projetos da construção civil em obras de infra-estrutura com destruição dos recursos naturais estão se dando em nome da criação de “empregos” e de desenvolvimento “sustentado”.

É na ambiência do primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre em 2001, que a economia solidária se percebe internacionalmente enquanto um movimento social, e não simplesmente um conjunto de experiências isoladas pelo Brasil afora.

Neste período, inicia-se o processo de construção das estratégias, das plataformas e das iniciativas de políticas públicas para atender as demandas da economia solidária no Brasil.

A partir da criação do FBES, da SENAES e do Conselho Nacional de Economia Solidária, demonstra-se a organicidade do campo e dos atores da economia solidária. No entanto, no que se refere às políticas públicas, ainda se mantém uma atuação setorializada prejudicando a inter-setorialidade e complementaridade, condição fundamental para o desenvolvimento da economia solidária.

### **2.1.1 Contexto nas diferentes regiões**

O mapeamento realizado pelo SENAES aponta diferentes formatos e processos de organização dos empreendimentos da economia solidária no Brasil, que servem de subsídios para a identificarmos e visualizarmos a realidade de cada região.

Sobre o processo de formação dos empreendimentos, percebe-se uma ascensão significativa do surgimento destes na década de 1999 (39,1%) e aumento na década seguinte (48,7%), confirmando as premissas teóricas de que a formação das iniciativas populares e solidárias coincide com a ascensão do neoliberalismo.

Tendo em vista a posição geográfica dos empreendimentos econômicos solidários, que conforme o mapeamento totaliza 21.859 existentes no Brasil, verifica-se uma maioria de empreendimentos localizados na região nordeste (44%), o que indica uma discrepância em relação às outras localidades, uma vez que há certo equilíbrio nos números das demais regiões: norte (12,1%), sudeste (17,9%), sul (16,4%) e centro-oeste (10,1%).

Destes empreendimentos, 48,1% têm como área de atuação o espaço rural, 34,5% urbano e 17% rural e urbano. O SIES aponta que a maior parte dos empreendimentos estão na sua maioria organizados na área rural.

#### **Região Nordeste**

Em 1959 cria-se a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que favoreceu a expansão do capital industrial, entre outros, através dos mecanismos de incentivos fiscais; favoreceu a concentração da terra e da renda; à expulsão dos camponeses; à diminuição da produção de alimentos; e, forçou a migração para os arredores das vilas e cidades, para as metrópoles nordestinas e do Sudeste, assim como, para o Norte do País

É marca deste período histórico, a passagem do complexo agrocomercial para o agroindustrial na década de 1970 com a instalação do que se denominou de “Revolução Verde”, a partir dos anos 1960. A partir daí, Manoel Correia de Andrade considera que se descartava a

agricultura com seus ciclos biológicos e aceleravam-se processos erosivos e de desertificação pelo uso indiscriminado de máquinas em solos frágeis a estas técnicas no Nordeste.

No final dos anos 80, os primeiros estudos que evidenciam os sinais de construção de uma outra economia: a economia de solidariedade.

No Nordeste, tais lutas e processos de resistência e construção de experiências na contra-mão do hegemônico se colocam em torno do paradigma de Convivência com o Semi-árido com vistas a um desenvolvimento sustentável.

As construções em torno de uma agricultura sustentável (chamada inicialmente de alternativa) passam a dar elementos para um debate mais amplo em torno da agroecologia. Agroecologia enquanto prática pedagógica está fundamentada em um modelo alternativo de produzir e socializar conhecimentos

Essas iniciativas que visam recuperar os saberes tradicionais e os ciclos naturais de produção e da terra têm se organizado em redes e associações, como a Articulação do Semi-árido (ASA), por exemplo, e a Associação Nacional de Agroecologia (ANA). Contudo, a relação entre estas organizações e os Fóruns de Economia Solidária nos estados e na Região Nordeste, ainda dá passos tímidos.

### **Região Norte**

É através das lutas, com os gritos da terra, grito do campo ocorrido em pleno período da ditadura que se inicia a abertura para o regime democrático, mas, também, a organização incipiente, porém significativa para o contexto em que a Amazônia está vivenciando hoje. A realidade dos trabalhadores da economia solidária das cidades, na Amazônia, é identificada por essa característica descrita.

Os trabalhadores amazônicos do meio rural são identificados por uma diversidade de segmentos, como: populações indígenas; populações quilombolas; populações ribeirinhas, ribeirinhas de várzeas, extrativistas, atingidos por barragens, assentados da reforma agrária, agricultores familiares, do movimento de trabalhadores sem terra, assentados das regiões insulares através do GRPU, compondo assim, o contingente, de trabalhadores camponeses envolvido em organização social da economia solidária.

Nesse sentido, entende-se que o processo da formação dos empreendimentos econômicos solidários, deverá levar em consideração as especificidades dos povos da floresta, a complexidade de valores tão singulares e condições econômicas tão precárias.

### **Região Sul**

Na região Sul do Brasil a economia solidária recebeu destaque quando observada nas relações de produção de pequeno porte, organizadas por núcleos familiares e pela comunidade, não apresentando um caráter de geração de emprego e renda, mas de subsistência, embora muitas destas experiências tenham transcendido o patamar da subsistência, atingindo níveis de acumulação e crescimento.

Experiências cooperativas não é um fenômeno novo na região sul. Algumas cooperativas formaram-se a partir de benefícios constitucionais e se burocratizaram, é o caso das cooperativas agropecuárias (surgidas na década de 80) - orientadas por uma outra lógica e que pouco têm em comum com as iniciativas que compõem a economia solidária.

Por se tratar de uma região de economia agrícola e pecuária - primeiro observou-se o crescimento de cooperativas agropecuárias que visavam reforçar a classe dos produtores rurais. Logo destacaram-se as fábricas recuperadas e as experiências populares, provocando o interesse de aportes externos que se constituíram na perspectiva de apoiar os empreendimentos coletivos e consolidar uma outra relação de trabalho na sociedade contemporânea.

Outro elemento histórico importante é o fato da região sul ser espaço de lutas e conquistas do Movimento Sem Terra que foi fundamental para a constituição de empreendimentos coletivos dos assentamentos que mais adiante configuraram a CONCRAB.

Houve também uma ação da Cáritas que através do PAC (Programa de Ação Comunitária) fomentou e potencializou muitos empreendimentos populares. A partir dos anos 1990 outros



fundos de mini projetos passaram a apoiar iniciativas semelhantes. No caso do Rio Grande do Sul, visualizou-se ainda algumas iniciativas organizadas a partir do orçamento participativo e de políticas públicas pioneiras.

### **Região Centro-Oeste**

Na região centro-oeste temos três biomas: floresta, pantanal e cerrado, sendo este último comum a todos os estados da região. Nossa reflexão parte desta realidade contextualizada no cenário nacional e mundial.

Um dos grandes desafios é termos o cerrado como patrimônio da humanidade, promovendo o desenvolvimento sustentável na região. Neste sentido, nossas potencialidades estão na utilização adequada dos recursos e saberes que dispomos principalmente das populações autóctones, do incidência de trabalho análogo ao escravo.

### **2.3 O perfil dos Sujeitos**

Os empreendimentos econômicos solidários representam possibilidade concreta da consolidação da economia solidária, sem eles a economia solidária não tem sentido. Todavia a legitimidade destes empreendimentos e, conseqüentemente, do movimento requer o reconhecimento das trajetórias dos diferentes sujeitos. Apesar das dificuldades do conjunto dos empreendimentos, no que diz respeito à viabilidade econômica, a economia solidária representa um número significativo da população economicamente ativa do Brasil.

A economia solidária não é unívoca e integra uma pluralidade de práticas e de atores sociais. O perfil dos sujeitos da economia solidária no Brasil é bastante diverso. Além dos trabalhadores organizados nos empreendimentos econômicos solidários, há suas entidades representativas e os agentes externos desdobrados em entidades de apoio e poder público.

## **3. Fundamentos políticos e filosóficos**

Na configuração do Projeto Político-Pedagógico Participativo o eixo “dois” - dos fundamentos políticos e filosóficos - se refere às opções sobre o homem e sobre a sociedade que indicam para um projeto político-social de ser humano e de sociedade que fundamenta e orienta as ações pedagógicas dos Centros de Formação em Economia Solidária. Segundo Danilo Gandin, os fundamentos políticos e filosóficos expressam a utopia social que os CFES acreditam ser possível e que querem ajudar a construir com a realização das suas atividades, ou seja, ele orienta para a direção que os CFES devem se movimentar. A construção coletiva e participativa de um PPPP para o conjunto dos CFES tem como objetivo principal qualificar a contribuição dos CFES na transformação da realidade, ou seja, como as atividades dos CFES vão contribuir na construção dos homens e mulheres e do conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais que a economia solidária se propõe e acredita.

O projeto político-social de ser humano e de sociedade que orienta as ações dos CFES não é uma construção realizada somente por quem é responsável pelas atividades dos CFES e também não vai orientar somente as atividades dos mesmos. O Projeto Político-Pedagógico Participativo que orienta as atividades dos CFES é o mesmo Projeto Político Pedagógico que orienta, ou deve orientar as ações do conjunto do movimento da economia solidária. O desafio que os CFES estão se propondo é debater e organizar num formato que consegue orientar e articular o conjunto das atividades dos CFES o que o movimento da economia solidária já vem debatendo e afirmando como seu Projeto Político Pedagógico. A resolução número 1 do Relatório da II Oficina Nacional de Formação sobre Economia Solidária afirma:

Os processos formativos/educativos têm como princípio e, ao mesmo tempo como horizonte, os valores e práticas da Economia Solidária (Ver Carta de Princípios em [www.fbcs.org.br](http://www.fbcs.org.br)) – economia esta que tem como centralidade a construção de novas relações econômicas e sociais que são construídas e reconstruídas cotidianamente pelos sujeitos que a

constituem. Fundamenta-se na cooperação e autogestão no trabalho e em todas as instâncias de produção da vida, portanto, o ponto de partida dos processos formativo/educativos é a ação solidária, compreendida como atividade humana que, contrapondo-se aos princípios da competição e do individualismo, orienta-se na horizontalidade das relações entre os seres humanos, independente de suas condições sócio-econômicas, respeitando as diferenças de gênero, raça-etnia, geração, religiosidade.

Realizar um processo de debates para definir um PPPP orientador das ações do conjunto dos CFES e planejar as atividades em cada CFES por si só não gera impactos na transformação da realidade, mas se constitui num instrumento necessário para direcionar as ações dos CFES, ou como afirma Gandin:

É verdade que o planejamento sozinho não realiza aquilo que teríamos que fazer e vivenciar; mas é verdade também que o Planejamento Participativo contém os elementos necessários, enquanto ferramenta, para realizar o que é vontade de todos ou de maiorias expressivas. Naturalmente, para transformar a realidade, é preciso que exista um conjunto de idéias e um querer que nasce da paixão; de qualquer modo, um contínuo processo de Planejamento Participativo levado rigorosa e persistentemente tem sido fonte de crescimento do grupo, tanto em idéias como em paixão.

A partir das questões que orientaram a socialização dos fundamentos políticos e filosóficos de cada CFES (veja apêndice neste documento) e dos debates realizados durante o Seminário a sistematização das convergências do eixo 02 foi estruturada em torno das categorias: da concepção de sociedade da economia solidária e dos CFES; do que é a economia solidária; do sujeito desta economia e dos seus símbolos e identidade.

### **3.1. Concepção de sociedade**

A concepção de sociedade que defendemos tem o ser humano como centro do processo e não o capital. Devemos ressaltar a solidariedade, a fraternidade, a justiça social, a autogestão, a diversidade de opiniões, o protagonismo de todas as pessoas que compõem a sociedade e preocupação ambiental.

A finalidade da atividade econômica são os próprios seres humanos, nesse sentido, os processos educativos fundamentam-se no exercício prático da democracia autogestionada, contribuindo para que todas as pessoas envolvidas possam resgatar os sentidos do trabalho, afirmando sua autonomia enquanto sujeitos construtores de história e de cultura.

A construção de um mundo justo, onde todos tenham direitos, acesso à formação e ao trabalho. Que fomente a discussão da autogestão superando a divisão entre patrão e empregado. Entre um que manda e outro que obedece, por isso a formação tem que fazer a discussão de gênero e começar a discutir a educação e o nosso comportamento a partir de nossa casa.

Construção de novas relações entre homens e mulheres nas práticas cotidianas no campo do trabalho, contrapondo a atual divisão sexual do trabalho, reconhecendo e valorizando este sujeito como parte deste processo produtivo. Além disso, fortalecem a organização dos trabalhadores e trabalhadoras em torno de um projeto econômico-social e político que fundamenta-se na valorização do trabalho (e não do capital). Para tal, ao mesmo tempo em que se substancia na denúncia da exploração do trabalho, na crítica à lógica capitalista e patriarcal excludente e opressora que fragmenta o ser humano (dividindo a sociedade entre “compradores e vendedores de força de trabalho”), os processos educativos desenvolvidos na Economia Solidária anunciam outras relações de poder, fundamentadas na cooperação, na autogestão e na equidade das relações de gênero, construindo uma outra sociabilidade, uma outra sociedade, uma outra forma de produção da vida.

Tendo em vista os valores antagônicos da economia solidária, frente aos valores do liberalismo estruturante, ela representa uma *utopia emancipatória*. Opondo a solidariedade ao individualismo, a intercooperação das iniciativas solidárias à competição indistinta a economia

solidária aproxima-se da democracia participativa e merece o reconhecimento das diferenças.

A emancipação dos indivíduos ocorre no processo de sua transformação em *sujeitos*, o que se depreende pela forma e o sentido de suas intervenções no processo social. O desafio que se apresenta é articular a luta local de forma que ela seja capaz de desvelar as relações sociais aí presentes e, assim, contribuir para a constituição de uma sociedade democrática, de uma democracia sem fim.

Para tanto, é preciso ressignificar o conceito de desenvolvimento considerando um modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental, sustentável que priorize o desenvolvimento local e a agroecologia enquanto prática pedagógica fundamentada em um modelo alternativo de produzir e socializar conhecimentos. Assim, torna-se necessário discutir o crescimento o social, econômico e político a partir das estatísticas do IDH e não necessariamente pelo PIB; Pensar o desenvolvimento que respeite os limites do meio ambiente; Pensar a construção de uma sociedade que se preocupe com a formação e também com a educação da população sem promover a desigualdade social.

Tendo em vista outro modelo de desenvolvimento a partir das dimensões adotadas pela Economia Solidária é possível garantir a dimensão da ecologia que pense o meio ambiente como um todo, sustentável e que respeite seu processo natural na perspectiva de garantias de um ambiente saudável e de garantia da vida. Respeitando e reconstruindo as relações com o meio-ambiente, com produção e manejo que não agrida a natureza, valorizando as experiências tradicionais e não poluentes. Considera-se priorizar tanto quanto o possível o uso de recursos naturais para a produção de materiais que não degradem a natureza; Trabalhar com vista a recuperação de áreas degradadas, reflorestamento; Incentivar e promover o consumo consciente; Incentivar a reciclagem de forma consciente; Comercialização – valorização do produtor e, ao mesmo tempo, o combate às práticas comerciais dos atravessadores. Respeito ao consumidor evitando a exploração ao apelo à economia solidária; Promover relações pessoais humanizadas, com o respeito ao conhecimento do outro; Democratização nas e das relações interpessoais.

A economia solidária pode contribuir para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável, integrando as nossas necessidades de consumo com as formas de produção transformando-as em uma teia de desenvolvimento social, econômico e ambiental consciente.

O projeto CFES é também parte do processo de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa. Portanto, irá estimular a construção de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.

### **3.2. O que é a economia solidária**

A Economia solidária é um movimento temporal, dentro de uma perspectiva dialética e que o vê, ao mesmo tempo, como resultado de uma articulação histórica entre a lógica do capitalismo e da contestação dos trabalhadores, mas também como um processo contraditório de subordinação e de negação às estruturas do mercado capitalista e de sua dinâmica.

A economia solidária tem como centralidade a construção de novas relações econômicas e sociais que são construídas e reconstruídas cotidianamente pelos sujeitos que a constituem. Fundamenta-se na cooperação e autogestão no trabalho e em todas as instâncias de produção e reprodução da vida, portanto, o ponto de partida dos processos formativo/educativos é a prática solidária, compreendida como atividade humana que, contrapondo-se aos princípios da competição e do individualismo, orienta-se na horizontalidade das relações entre os seres humanos, independente de suas condições sócio-econômicas, considerando as desigualdades de gênero e raça-etnia existentes e respeitando as diferenças de geração e religiosidade.

Segundo a carta de princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária:

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os ci-

dados da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

- A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.

- Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

### 3.3 Sujeito

Ser sujeito da economia solidária significa participar do movimento de economia solidária e das práticas solidárias buscando refletir de forma crítica e buscando caminhos alternativos para avançar a consciência dos trabalhadores e na formulação de políticas públicas para a economia solidária.

O movimento da economia solidária compreende um espaço político de articulação heterogêneo onde convivem sujeitos com as mais diferentes concepções e estratégias. Tal diversidade de sujeitos resulta do fato de que boa parte dos empreendimentos econômicos solidários possuem suas demandas atendidas pelo poder público e mediadas pelas entidades de apoio e, portanto, estes agentes externos também se envolvem no processo da economia solidária participando ativamente – juntamente com os trabalhadores dos EES – dos espaços reflexivos e deliberativos do movimento. No entanto, a relação entre os diferentes sujeitos não é consensual e as divergências refletem em processos de disputa que, por um lado, qualifica o processo, mas por outro, fragiliza o movimento (SANTOS, 2010).

### 3.4. Símbolos e Identidade

A presente proposta está baseada em alguns valores fundamentais, que deverão permear cada momento das formações realizadas, quais sejam: cooperação, respeito à autonomia, solidariedade, autogestão. Tais valores formam um corpo ético que será utilizado como ponto de partida das ações a serem desenvolvidas. Consideramos, ainda, como constituintes da opção pedagógica e de seus fundamentos a questão da diversidade e das identidades, a participação social, a busca da equidade de gênero, econômica e social, a noção de complexidade na construção dos processos educativos e a relação respeitosa entre os seres vivos.

Garantir a não exploração do outro, construindo princípios éticos na perspectiva da vida. Desconstruindo a visão legitimada pela violência institucionalizada de negação e violência familiar,

ambiental, sexual, do outro, da vida. Um modelo ético que perpassasse as relações interpessoais e familiares. Superando o modelo de violência, preconceito e exploração.

Os valores da economia solidária como igualdade, divisão eqüitativa dos frutos do trabalho, regras claras e participativas são instrumentos fundamentais para esse processo. A economia solidária ao desenvolver e praticar estes valores dentro dos EES e na sua vida cotidiana estará também contribuindo para a construção de um outro tipo de sociedade que incorpore estes princípios.

Para **socializar e consolidar** a identidade da economia solidária, a utilização de símbolos através de processos educativos e culturais é fundamental tendo em vista a importância da troca de produtos e de saberes; a utilização de símbolos que representem a valorização da vida, do coletivo, da amizade, do trabalho humano (cirandas/danças circulares e outros/animação); e a utilização de elementos que propiciem a identificação de todos em cada movimento, para que se sintam representados e integrados ao processo. Na utilização dos símbolos (místico-espiritual) busca-se dar sentido ao ser, significar e re-significar o ser e o fazer; recuperar o valor da essência da naturalidade e simplicidade; acolher a diversidade e recuperar auto-estima e potencial humano-criativo dos sujeitos. Assim, os processos educativos, procuram respeitar à vida em todas as suas dimensões incorporando a afetividade e a sensibilidade como elementos de formação humana, reconhecendo a busca da alegria, da felicidade e da liberdade individual e coletiva como direitos da pessoa, favorecem a redescoberta do sentido do fazer, o reencontro do prazer da criação. O resgate da cultura popular e a incorporação dos bens simbólicos, a música, a dança, o teatro, as artes plásticas e outras manifestações da cultura, são considerados elementos constituintes das práticas educativas.

### **3.4.1. Questões para contribuir com a reflexão sobre a identidade, os símbolos e a mística que fortalece e amplia a identidade e a unidade em torno de um ideal:**

A representação simbólica da luta e da esperança realizada na mística pelo grupo constitui elementos de suporte e elaboração da identidade individual e coletiva do sujeito da economia solidária.

Qual é imagem que representa os sujeitos, os valores e a identidade da economia solidária? A imagem do trabalho autogestionário ?

Quais são os símbolos e manifestações que fortalecem a identidade e a coesão dos sujeitos da economia solidária, ou seja quais são os “signos da unidade em torno de um ideal” ?

Parece que o símbolo mais expressivo da visibilidade da identidade da economia solidária é a ciranda dos bonequinhos de mão dadas em torno do globo e o das mãos de diferentes raças que se cruzam/se entrelaçam, mas que tem formas diferentes na sua aparência e utilização.

Quais são “os símbolos da luta atual e que ao mesmo tempo reavivam no cotidiano o resgate da memória de lutas anteriores” da economia solidária?

Em qualquer movimento ou agremiação a bandeira, é um dos elementos permanentes da mística, assim como hinos, músicas, vestimentas e ferramentas que são cantados, vestidos e usados nos momentos em que a mística se manifesta de forma mais intensa. Esta manifestação mais intensa da mística costuma acontecer nos momentos de mobilizações nas lutas e nos momentos de comemorações.

Qual é o hino, músicas e vestimentas que identificam o movimento da economia solidária e qual é a simbologia que identifica e unifica a economia solidária nas feiras, lojas, .....?

## **4. Marco operativo**

Com o marco operativo pretende-se expressar a utopia instrumental, expor as opções (em termos ideais) em relação à pedagogia da autogestão, incluir a concepção pedagógica e a opção metodológica, incluir a sistematização como parte integrante da opção metodológica, fundamentar as opções metodológicas em teoria.

Na sociedade todos somos educadores e educandos e a educação cumpre um papel preponderante de mediação nas mudanças sociais.

#### 4.1. Concepção de educação

A educação como construção social é concebida como práxis de aprendizagens coletivas, construção e partilha de saberes, reflexões e pesquisas sobre a (e a partir da) realidade dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária. Entendendo a práxis como a inter-relação entre teoria(s) e prática(s) a partir da observação sobre a realidade, num constante movimento de reflexão e avaliação, resultando em constantes reformulações e renovações dos saberes e das ações.

A educação para Economia Solidária assim concebida precisa ser realizada como um processo amplo, planejado, sistemático e permanente, que se relaciona a um âmbito mais integral de reflexão e compreensão da realidade, dos sentidos e objetivos da Economia Solidária. Objetiva assim proporcionar a construção coletiva de aprendizados políticos, estratégicos, econômicos, metodológicos e técnicos com a finalidade de qualificar e viabilizar os empreendimentos econômicos em conformidade com seus valores e princípios. Trata-se de uma educação que permite o desenvolvimento de seres humanos: livres - capazes de por suas habilidades se inserir e sobreviver na sociedade; responsáveis - a defesa e busca dos direitos não deve ocorrer em detrimento dos direitos e do bem estar de todos; e solidários – que considere as necessidades, o bem estar e a felicidade dos seus semelhantes, bem como a preservação da sustentabilidade do universo.

A educação em economia solidária envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientadas para a promoção do desenvolvimento sustentável que requer um grande trabalho de educação política e cultural, tanto em seus conteúdos, sua metodologia e em seus objetivos e intencionalidade política. Trata-se de gerar uma cultura democrática que configure uma nova maneira de viver, com novas relações sociais, econômicas, ambientais e novas formas de trabalhar, pensar, sentir e significar o mundo.

A economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade.

Entendendo a educação como um ato político, técnicas de ensino-aprendizagem como “receitas pedagógicas” não devem ser consideradas. Funcionando como um espécie de “fetiche da mercadoria”, tais técnicas poderiam ter o poder de redimir os seres humanos a custo de resolver todos os males sociais. Por esta razão é preciso semear dúvidas quanto às relações pedagógicas que são pseudamente neutras. Isto nos dá convicção que todo o processo ensino aprendizagem se desenrolará a partir da construção/reconstrução de saberes dos participantes tendo como base os saberes inerentes à cultura popular assim como os saberes científicos historicamente construídos pela humanidade.

A educação para Economia Solidária tem por objetivo promover uma formação humana integral que desenvolva a capacidade de assumir postura crítica, criativa, autônoma e responsável, capaz de criar e fortalecer processos solidários. Desta forma, a educação para Economia Solidária expõe as opções (em termos ideais) em relação à pedagogia da autogestão, o que inclui a concepção pedagógica e a opção metodológica dentro dos princípios da Educação Popular.

##### 4.1.1 Educação Popular

A educação para Economia Solidária deve ser orientada pelos princípios da Educação Popular porque está permite a reflexão crítica e a construção da autonomia dos sujeitos nas suas diversas dimensões, ao ser orientada pelas seguintes características :

- coloca a organização popular de base no centro mesmo da construção do projeto político alternativo;
- destaca a importância da democracia na construção do novo projeto hegemônico;
- valoriza a cultura popular como fonte de identidade e força de um projeto popular nacional, por isso coloca em relevo a importância do papel do indivíduo e da subjetividade

- reconhece a vida cotidiana e a experiência, como espaços de construção da nova hegemonia;
- assume que o “projeto nacional” é construído a partir das experiências concretas e particulares.

#### 4.2. Pedagogia da autogestão – princípios metodológicos

“Não basta idealizar uma nova cultura do trabalho ou uma economia popular fundada no trabalho participativo e solidário. Mais que nunca, *é preciso aprender a fazê-la, a materializá-la no cotidiano da produção*”.  
(Tiriba,???:??)

Quais as dimensões educativas do trabalho associado? O processo de trabalho autogestionário traz para os trabalhadores a possibilidade de articular os saberes que a organização capitalista do trabalho fragmentou. Assim, entendemos os processos educativos como mediação e, ao mesmo tempo, como elemento da cultura do trabalho que vai se plasmando no cotidiano da produção associada e no movimento maior de constituição de novas relações de convivência no âmbito da sociedade.

A compreensão das dimensões educativas do trabalho associado há de ter como referência as experiências de formação de trabalhadores associados e de formação de formadores, a análise da produção acadêmica e dos materiais pedagógicos (em geral produzidos pelas organizações de apoio à economia solidária). Segundo Tiriba (2008) a economia solidária, de uma maneira geral, compreende as seguintes concepções teórico-metodológicas:

- a) enfatizam-se os aspectos éticos das relações sociais, em especial, a cooperação e solidariedade (educação humanista);
- b) busca-se no resgate da cultura popular e nos pressupostos da educação popular a possibilidade de uma práxis libertadora e emancipadora; (educação emancipatória);
- c) considera-se o trabalho como instância e princípio educativo; ênfase na necessidade de superação da sociedade capitalista (educação integral).

Para gerar uma pedagogia da autogestão é necessário produzir o conhecimento. Isto exige vivenciar, descobrir, praticar a autogestão nos processos formativos. Não há como ensinar a pedagogia da autogestão sem tentar experimentá-la, razão pela qual a experimentação deverá ser considerada como um procedimento próprio ao funcionamento autogestionário. O exercício coletivo da experimentação da autogestão nos locais de produção é que educa os trabalhadores. Por isto a educação para a autogestão requer uma formação gerida pelos próprios trabalhadores, mesmo que não exclua a presença de monitores/educadores externos ao empreendimento. Este processo deve ser permanentemente avaliado e sistematizado a fim de produzir conhecimento e qualificar a prática autogestionária nos processos formativos.

Tendo esta perspectiva, a pedagogia da autogestão é uma “construção social” inerente aos processos de trabalho autogestionários, como elemento fundamental para viabilizar as iniciativas econômicas, para ampliação da cidadania ativa e do processo democrático, como um movimento cultural e ético de transformação das relações sociais e intersubjetivas como base de um novo modelo de desenvolvimento.

##### 4.2.1. Princípios Metodológicos da Educação para Economia Solidária

Nenhuma economia se torna solidária porque as pessoas são boas ou generosas, mas quando o Trabalho e a Comunidade se tornam fatores que determinam os demais fatores de produção. (Razeto,????:??)

- **A valorização dos saberes dos participantes:** construção do saber a partir das experiências, do vivido e das percepções de cada participante sobre os temas discutido; resgatar as suas histórias e identidade local e valores e considerá-la na prática pedagógica; buscar “pon-

tes” que permitam a reflexão desses valores a partir da realidade das pessoas. Há saberes diferentes e não saberes mais valiosos que outros. O saber dos trabalhadores/as deve ser valorizado, por exemplo, na prática de realização de experiências de formação, nos espaços de trabalho dos empreendimentos, entendendo do próprio trabalho como princípio educativo;

- **O estímulo à emissão de opiniões e respeito à diversidade:** livre manifestação de idéias e opiniões de todos os integrantes do processo, respeitando as diversas formas de expressão. Este princípio de trabalho contribui para que estes mesmos participantes possam construir uma lógica de reflexão e de tomadas de decisões tendo como princípio fundamental a participação de todos os envolvidos. Acontece pela ação dialógica problematizadora que garanta horizontalidade das relações sócio-educativas; e permita o estabelecimento de nexos entre ação/reflexão/ação.

- **A criação de um ambiente lúdico e afetivo com valorização das identidades culturais:** utilização técnicas, jogos, místicas e dinâmicas de grupo que sirvam à descontração das pessoas e à aproximação recíproca, de forma amigável. Desta maneira estimular a construção coletiva dos saberes e das decisões tomadas durante os trabalhos realizados, buscando recuperar os processos culturais e identidades.

- **A prática interdisciplinar:** necessária à superação da visão restrita de mundo, à promoção de uma compreensão adequada da realidade e à produção de conhecimento centrada no homem rompendo os “muros” que, freqüentemente, se estabelecem entre as disciplinas, integrando e engajando formadores num trabalho conjunto de interação dos componentes curriculares entre si e destes com a realidade, de modo a superar a fragmentação do processo ensino-aprendizagem. Tem por objetivo a formação integral dos formandos, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania mediante uma visão global de mundo e serem capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade que os cerca.

- **Perspectiva da pedagogia da alternância:** combina momentos formativos presenciais com momentos de vivência e prática, favorecendo que os aprendizados sejam constantemente experimentados, ampliados e aprimorados. Essa estratégia amplia a abrangência dos processos formativos alcançando uma quantidade cada vez maior de trabalhadores(as) da economia solidária. As experimentações e vivências possibilitam questionamentos e o enriquecimento dos debates coletivos nos momentos formativos presenciais.”

- **Formação processual:** A formação em economia solidária deve ser permanente e processual e considerar a representatividade de todos os segmentos da economia solidária e as diversidades (relações de gênero, étnico/raciais, geração, quilombolas, ribeirinhos...). Assim como ter clareza de cada educador vivencia estágios diferenciados em sua prática formativa.

- **Processo de Avaliação:** definição de mecanismos de avaliação ao longo do processo e ao final. Considerar o valor simbólico de objetos, gestos e palavras. Para tanto faz-se necessária a criação de instrumentos e metodologias de avaliação que permitam refletir sobre os processos de participação, autogestão e outros elementos do processo formativo em curso.



## 5. Marco estratégico

### 5.1. A sistematização e o processo de construção do conhecimento

A sistematização é um processo de reflexão que parte da necessidade das experiências de se reapropriarem de sua prática com o objetivo de transformação qualitativa dessa prática e socialização da experiência vivenciada. (2º Curso Nacional de Formação de Formadores)

A socialização de experiências de formação de trabalhadores(as), a análise dos fundamentos pedagógicos e das diretrizes metodológicas das experiências, a avaliação das atividades realizadas, a sistematização e o debate sobre os resultados destas experiências para o fortalecimento dos empreendimentos solidários e afirmação da economia solidária como estratégia de desenvolvimento e transformação social devem acontecer de forma permanente, permitindo a (re)construção das práticas sociais e dos sentidos do trabalho. No entanto são muitas as dificuldades de sistematizar a construção do conhecimento, dentre elas:

# Trata-se de um processo que exige habilidades pessoais de síntese e abstração e conhecimentos históricos, elementos que não parecem comuns ou freqüentes;

# a reflexão sobre a prática não é cotidiana nos movimentos sociais que são muitas vezes predominantemente ativistas, privilegiando a ação em detrimento da reflexão;

# a sistematização produz conhecimento crítico e esse tipo de conhecimento incomoda o *status quo*;

# há dificuldades práticas de tempos, de liberação de recursos, de habilidades profissionais da equipe e talvez em função de tais dificuldades a sistematização seja habitualmente tomada como um processo posterior e não integrada com as ações.

A sistematização é fundamental no processo formativo. Através da sistematização é possível apropriação do processo, melhorando o que deve ser melhorado, construindo memória, e socializando o que foi feito. É fundamental para garantir momentos de reflexão sobre os processos, vivências e experiências, coletando assim os aprendizados, os desafios, os entraves, as tensões e contradições, sinalizando os caminhos para avançar na construção de uma prática formativa que contribua para um novo fazer econômico.

O método de sistematização apoia-se em reflexão, análise e interpretação frente a uma nova prática. Não deve ser apenas a produção de uma memória dos eventos formativos e é diferente de uma pesquisa e de uma avaliação. A sistematização é processual, interpretativa e propositiva. Constitui, portanto, numa produção crítica para auxiliar na reflexão das práticas. Deve, para isto, contemplar o resultado das reflexões críticas dos sujeitos envolvidos na experiência.

A fim de atingir estes objetivos, a metodologia adotada na sistematização de prática formativa deve facilitar de modo contínuo e participativo a descrição, a reflexão, a análise e a documentação dos processos e resultados (registro da atividade – filmes, fotos, relatórios, etc. – de forma organizada). Isto permitirá observar detalhadamente o que está sendo feito e refletir de forma crítica sobre os resultados alcançados. Tal aprendizado com a experiência deve permitir valorizar os aspectos positivos da experiência, assim como prestar atenção nos aspectos que podem ser aperfeiçoados. O processo minucioso requerido na sistematização obriga exercer a autocrítica, contribuindo para estar abertos a sugestões e comentários, como produto da reflexão coletiva. Deve por isto ser muito mais que um relato do que ocorreu.

### 5.2. Organicidade da rede – o CFES como instrumento para fortalecer a rede

O CFES não deve ser compreendido como a única política de educação em economia solidária - existem uma série de outros programas e projetos que se unem ao CFES na constituição da política de educação em economia solidária. O CFES deve ser considerado como um instrumento político para a educação em economia solidária que, orientado por seu projeto político-pedagógico participativo, busca realizar as atividades educativas e formativas necessárias a fim de atender as demandas da economia solidária. Na ausência ou na definição limitada de um Projeto Político pelas instâncias de articulação e representação da economia solidária o CFES

deve cumprir um papel de fomentar o debate e contribuir no processo de explicitação da metodologia da construção da educação em economia solidária.

Traçando metas e objetivos para a educação em economia solidária e considerando possíveis oportunidades, desafios - além de pensar conteúdos e métodos para as atividades formativas – o CFES deve ser articulador do conjunto de pessoas (formadores, multiplicadores, etc.) envolvidos com a educação em economia solidária para constituir uma rede comprometida com a economia solidária que seja capaz de fortalecer o movimento da economia solidária rumo a transformação social.

Para a organicidade desta rede, muitas propostas e considerações foram abordadas no Seminário Nacional CFES – PPPP. Dentre as reflexões destacou-se a importância do CFES Nacional orientar suas atividades numa perspectiva de articulação e construção coletiva da rede CFES. Neste sentido, o CFES Nacional teria uma dinâmica diferenciada dos CFES regionais. É fundamental rever e modificar o caráter das atividades nacionais para que as mesmas sirvam como espaços de articulação, socialização e troca de experiências e não cursos. Outro papel que compete ao CFES nacional é de ser um espaço horizontal de confluências de sistematização originárias das regiões e de socialização das experiências formativas em economia solidária no Brasil. Desta forma, o CFES Nacional teria dois eixos fundamentais “sistematização - experimentação pedagógica” e “CFES como rede” e como estratégia foi proposto<sup>1</sup> outros focos para as atividades do CFES Nacional<sup>2</sup>:

# Seminários Nacionais como marco teórico do PPPP;

# Cursos Nacionais dedicados para a sistematização - a proposta é que ao invés de cursos e oficinas de sistematização, os CFES regionais tragam suas sistematizações e reflitam sobre elas.

# Cursos dedicados para desenvolver a integração das ações

# Legitimação do Comitê Metodológico como estratégia importante;

Os CFES regionais sim devem realizar as atividades previstas no termo de referência SENAES/CFES – cursos, encontros, seminários e oficinas (ver anexo 1) – e nestes priorizar a socialização e análise da realidade da educação em economia solidária na região; conhecer e debater as diretrizes já sistematizadas sobre a formação em economia solidária; debater o papel da educação na construção do PPPP; sistematizar experiências de formação junto aos empreendimentos; e propor metodologias para uma política da educação em economia solidária na região. Os CFES regionais devem, assim, fazer o diálogo com os estados fomentando e articulando a proposta da educação em economia solidária (tendo em vista uma ação que vai para além dos três anos de projeto); fomentar a rede de formadores; incidir sobre as políticas públicas no sentido de construir políticas públicas de educação em economia solidária em seus diferentes níveis : municipal, estadual e nacional; propor debates sobre economia solidária junto aos sistemas regulares de ensino; pensar em articulações com as redes de ensino e organizações da sociedade civil para processos de elevação da escolaridade dos trabalhadores da economia solidária.

A fim de objetivar a organicidade da rede, os CFES precisam estabelecer relações de parceria com a perspectiva de realizar: atividades de debates sobre a formação em economia solidária; a divulgação das atividades do CFES; viabilizar possibilidades de integração de atividades com os diferentes espaços de articulação e representação da economia solidária (fóruns, redes e cadeias produtivas, entidades de representação de empreendimentos,....) e com os diferentes projetos de execução de políticas em apoio a economia solidária. As parcerias com os diferentes espaços de articulação e representação da economia solidária e com os diferentes projetos de execução de políticas em apoio a economia solidária contribuem para o

<sup>1</sup> Como o seminário não é o espaço deliberativo do CFES, estas propostas foram encaminhadas para discussão na reunião do Conselho Gestor Nacional do CFES que deve ser realizada em breve.

<sup>2</sup> No lugar de um dos cursos de duas etapas podemos realizar dois seminários para aprofundar o debate sobre marco teórico do PPPP. No lugar de um segundo curso de duas etapas, realizar duas oficinas de sistematização para refletir o conjunto das práticas/experiências dos CFES e produzir conhecimentos sobre a formação em ES que serão irradiados para o conjunto da ES.

reconhecimento e legitimidade dos CFES e para a ampliação das possibilidades de continuidade dos CFES na execução de uma política de educação em economia solidária.

Dentre as possíveis parceiras dos CFES, destaca-se: os Fóruns Brasileiro, Estaduais e micro-regionais de Economia Solidária - através da participação destes em seus Conselhos Gestores; projetos de políticas públicas para a Economia Solidária do que também devem integrar os Conselhos Gestores do projeto CFES - é fundamental o exercício de integração das ações e programas governamentais que estabelecem diálogo com a economia solidária; redes de educadores populares (como RECID e Fórum de EJA); governos estaduais e prefeituras; universidades da região; DRTs dos estados da região; Diferentes movimentos sociais e/ou organizações da sociedade civil que estabeleçam uma relação com a temática da economia solidária; e, sobretudo, é fundamental a integração estreita entre os próprios centros de formação, com atividades para troca de experiência.

### **5.2.1 Organicidade através da Rede de Formadores**

A Rede de formadores deve ser um organismo integrado em contato permanente, em que os diversos pólos se alimentam e se intercomunicam, contribuindo cada qual com suas experiências e potencialidades, seus saberes e fazeres. Trata-se de um espaço de colaboração/conexão entre pessoas, entidades e organizações para trocar e intercambiar informações e saberes. Para isso a rede precisa ser democrática, de iguais, em que todos são co-participantes. É um espaço de aglutinação de pessoas com afinidades, mesmo que estas possuam propostas metodológicas diferentes e é um espaço de articulação com força política para potencializar as experiências existentes.

A rede de formadores do CFES, constituídas a partir dos núcleos ou coletivos de formação em cada Estado, é estratégia organizativa para fortalecer o movimento de economia solidária de forma a refletir sobre uma nova economia, construindo um redirecionamento que garanta, dentre outras questões, as discussões nos próximos governos.

As redes não são processos espontâneos e os CFES devem gerar motivações políticas para sua constituição, através de suas atividades formativas. É necessário a criação de Coletivos Estaduais de Formação integrados por todos os sujeitos envolvidos com o processo de educação em economia solidária (seja de qual segmento for os sujeitos) – só assim as aparecem as demandas específicas, considerando a particularidade, as especificidades dos diferentes sujeitos. Desta forma, a rede não compreende uma instância de formadores caracterizados como uma elite pensante, mas um processo de construção de conhecimento em conexão com todos os sujeitos da economia solidária, sobretudo os empreendimentos.

#### **5.2.1.1 Objetivos da Rede**

- # Construir referências de formação para apoiar a sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular e solidária;
- # Multiplicar/espaço de debate/construção de metodologia;
- # Sistematizar experiências;
- # Desenvolver processos pedagógica e formativos;
- # Construção de projetos políticos pedagógicas e de experimentação/(dialógicas das redes/ coletivas estaduais formativas) formativas entre experiência solidárias.
- # Formar formadores em economia solidária;
- # Socializar informação, conhecimento e saberes;
- # Intercambio de experiências;
- # Interligar instituições e entidades diferentes

## 6. Algumas especificidades/ particularidades

### CFES Sudeste

- # Cursos de Formação de Formadores Regionais destinado a grupos com determinada especificidade, por exemplo - técnicos do INCRA;
- # Discussão ampliada sobre Sistematização (3 Seminários Regionais sobre o tema);
- # Coletivos estaduais (ES, SP e RJ) bem articulados – estes respondem pelas atividades estaduais;
- # Oficina temáticas para mapeadores do SIES;
- # Comitê metodológico

### CFES Centro Oeste

- # Reuniões de articulação regionais e estaduais (espaço de planejamento coletivo; de avaliação; de articulação de parcerias; divulgação do CFES; difusão de material). São duas Reuniões de articulação regionais e duas estaduais ao ano. Na primeira foram constituídos os coletivos estaduais de formação.
- # Aumento da carga horária das oficinas Locais (oficinas em parceria, com prefeituras, outras organizações - FEES, feiras, Rede de Educação Cidadã (Recid), caravanas, eventos culturais, etc.
- # Povos indígenas participando dos processos de formação do CFES (peculiaridade no Mato Grosso).
- # Relação estreita com RECID e Fórum de EJA.
- # Aproximar de um outro projeto que a Escola da Cut está executando: pelo MDA “Formação de agentes territoriais” (Goias)

### CFES Nordeste

- # Reflexão sobre o PPPP bem consolidada junto ao seu conselho gestor;
- # Território e rede como eixos transversais; Autogestão territorial que é chão da comunidade e a palavra empreendimento não cobre as experiências de territorialidade, que não é dado só pelo desenvolvimento da economia da área, mas outros aspectos da cultura.
- # Núcleos temáticos - juntar o pessoal que tenha uma identidade (no nordeste há condições de avançar no núcleo temático de agroecologia e gênero).

### CFES Sul

- # Ainda não realizou atividades – CFES mais recente;
- # Conselho Gestor com a participação de outros projetos da SENAES e redes que dialogam com o tema – facilitando integração dos projetos;
- # Comitê Metodológico onde participam representantes do Conselho Gestor que junto com a Equipe executiva do CFES definem a programação e metodologia das atividades e contribuem na definição e mobilização dos participantes destas atividades;
- # Coletivo de integração de ações com os demais projetos do Governo federal tenham atividades formativas (Brasil Local, RECID, NEATES, Comercialização, UNISOL, Superintendência do Trabalho, etc.);
- # Em vista da necessidade de reformular o projeto, foi desenvolvida uma reflexão sobre alguns elementos mais conceituais - Reflexão Pedagógica. O caminho metodológico proposto apresenta as oficinas como formação no espaço do trabalho associado (como o ees se constitui com identidade, sua trajetória, sua perspectiva com a formação....) que tem a perspectiva de dividir as 16 horas previstas pelo projeto em módulos, por entender que esse é um período muito longo para o empreendimento parar para um atividade formativa. A proposta segue a perspectiva de integração com as outras ações da SENAES.

## CFES Norte

# Equipe pequena (contrapartida da universidade) e com enormes dificuldades de comunicação.

# Oficinas com formação a distância - a ideia é os trabalhadores que participam das oficinas sistematizar as próprias experiências deles. Conhecer as experiências deles.

# Oferece pós-graduação *latu senso* (especialização);

# Reuniões Estaduais de Articulação.

## 7. Pontos para refletir/ aprofundar

# **Identidade política do CFES** – “Como o CFES não é um espaço de representação política da economia solidária com uma identidade política e institucional própria o seu reconhecimento e afirmação não depende somente da capacidade da entidade executora na realização das atividades do CFES e na sua habilidade política para participar em outros espaços e processos de articulação política em torno da economia solidária e até mesmo de ser um articulador e propoente de novas alianças. O reconhecimento, a legitimidade e as possibilidades de continuidade dos CFES’s como uma experiência e um espaço estratégico pra a formação em economia solidária decorre da qualidade da gestão do CFES e da qualidade da realização das suas atividades” (CFES Sul).

# **Qual “Eficiência” e “resultados” do PPPP – há contradição na perspectiva de PPPP?** – “O CFES Norte, não se constitui apenas de um documento inexpressivo, pois o mesmo pretende delinear e implantar e implementar ações pedagógicas significativas para todos os que necessitem formar trabalhadores em economia solidária, na perspectiva de promover com **eficiência** o processo ensino-apredizagem, bem como, a confirmação dos **resultados** (CFES Norte).

# **Distanciamento do movimento da economia solidária do processo CFES** - Ausência do Fórum Brasileiro de Economia Solidária no processo, SENAES e FBES foram chamados para participar da reflexão do processo do CFES nacional, mas não se manifestaram (CFES Nacional).

# **As atividades do Nacional refletem as demandas do que está sendo pautado pelo movimento?** – “Os seminários nacionais – CTFAT apresentou uma demanda pelo seminário de formação e assessoria técnica – Este ano: Conferência Temática – As atividades do Nacional refletem as demandas do que está sendo pautado pelo movimento” (CFES Nacional).

# **Reflexão sobre o processo de criação do projeto dos CFES - Qual PPPP?** “Reflexão sobre o processo, até mesmo a própria criação do projeto dos CFES. Construção do CFES nacional deveria ter sido a partir dos PPPP dos CFES regionais. Não é política pública, é programa. Frágil construída de forma precária. Ter de apresentar o projeto, já deixa explícito o problema” (Adriana – CFES Sudeste). “Do que estamos falando quando falamos de projeto político, falamos de três projetos diferentes. Precisamos priorizar o projeto de educação e para isto retomar o que já foi e referenciar nas bases. Depois disto podemos construir um projeto político mais claro para a ES. As metas estabelecidas para os CFES precisam ser esclarecidos para ter número, ou para fortalecer o movimento da ES, e aí tomar como base os fóruns e os coletivos estaduais de formação. Precisamos inverter a ordem da realização das atividades. Primeiro realizar as estaduais, regionais e daí organizar as nacionais. Primeiro rearticular os fóruns estaduais e os coletivos estaduais daí podemos ter um projeto mais claro de formação. Não existe mais GT de formação do FBES. Temos informações que o FBES vai retomar o GT de formação” (Normeliana – CFES Sudeste)

# **O CFES é uma das ações GT de Formação** – “O CFES é uma das ações dos Coletivo Estadual/GT de Formação e este por sua vez dentro do fórum de economia solidária - Há um en-

tendimento de que o CFES é ação do GT - nem maior e nem menor” (Normeliana – CFES Sudeste).

**# Articulação e integração dos programas e políticas** – “A própria forma de como são construídos os projetos precisa ser avaliada. Se cabe ao CFES articular as políticas formativas na região ele deveria ter um diferencial em relação às demais políticas ?” (CFES Nordeste). “Articular com outros movimentos e programas, contemplando dois níveis: o estrutural e o local. Estrutural: outro modelo de desenvolvimento. Local: reconhecer-se em diversas práticas, programas, experiências, atores sociais existentes; Construção de agendas comuns, tanto as já existentes como outras que possam ser pautadas coletivamente” (CFES Norte).

**# Senaes articular os programas e projetos** – “A maioria das equipes de Brasil Local, PLANSEQ, NEATES, entre outros (inclusive o próprio CFES) ainda não têm clareza de que são os CFES que devem articular o processo educativo, bem como se tais programas devem ou não estar representados no conselho gestor do CFES. Se existe uma fragmentação é porque há razões para isso e precisamos refletir sobre isso. E se os responsáveis pela política pública provocaram esta fragmentação devem pensar uma forma de rearticular as políticas. (...) **Sugestão: A SENAES deveria convocar uma reunião com todos os projetos que vêm trabalhando com educação em economia solidária para que possamos pensar em construir confluências**” (CFES Nordeste).

**# CFES co-patrocinador de demandas** – “CFES não pode ser co-patrocinador de demandas - CFES perde - o centro vira espaço de disputa” (Inácio – CFES Sul)

**# Trabalhar com outras redes e coletivos não ligados ao FBES** – “Trabalhar coletivos não ligados ao fórum dificultam o projeto – não ajuda o CFES na frente...” (Bárbara – CFES Norte). “Fez uma observação, em relação aos eixos e desafios de envolver os sujeitos e buscar de hegemonia, temos que buscar outros atores. Desafio de ser uma discussão dentro da rede de ensino” (Vilma - CFES Sudeste).

**# Formação a distância** – “A ideia é os trabalhadores que participam das oficinas sistematizar as próprias experiências deles. Conhecer as experiências deles. Na oficina é apresentada proposta de sistematização para os trabalhadores, explica o que o CFES tem interesse que os trabalhadores retornem” (CFES Norte). “Resistência a educação a distância e propõe transformar educação a distância em pesquisa...levantar práticas que estão se desenvolvendo” (Prado – CFES Sul).

**# Comitê Metodológico** – “Se há um Comitê Metodológico...quais as atribuições?” (Aline – CFES Sul). “Comitê Metodológico não pode carregar o CFES Nacional ou qualquer outro CFES nas costas. Nós não podemos assumir a responsabilidade do CFES nacional... estamos aqui para construir. Não adianta fingir que existe uma estratégia onde não tem” (Ana – CFES Nordeste). “Não houve a reflexão por conta do atropelo de atividades e demandas. O comitê metodológico – não pode ser apresentado aqui porque não há proposta discutida” (Mari – CFES Nacional). “Precisamos constituir um comitê metodológico que possa contar a ajuda de outros olhares externos (da academia) para acompanhar o processo da sistematização e construção do PPP” (Cláudio nascimento). “Comitê metodológico- CFES regionais também tem uma responsabilidade nas atividades nacionais, e estes nas regionais. Mas, a reflexao é que a rede também é para dentro, e quando se pensou neste comitê não se refletiu sobre qual seu papel!?” (Rosângela – CFES Centro Oeste). “Comitê metodológico – este não pode ser o braço das atividades nacionais. É preciso discutir o seu papel no espaço nacional – qual é a dimensão política do Comitê Metodológico no Conselho Gestor? É preciso refletiro sobre ter Comitê Metodológico em todos os CFES regionais” (Alzira – CFES Nordeste).

**# Construção de redes** – “O debate para construção de redes pode passar pelos seguintes aspectos: 1 - A Sustentabilidade da rede (Relação com os FEES; Relação com as

políticas públicas; Captação de recursos; Relação com outras redes); 2 - Os objetivos da rede (O que motiva a existência da rede? Por quê constituir a rede? Qual a finalidade da rede? Com quem?); 3 - Os princípios e diretrizes (O que deve orientar as práticas da rede?); 4 - A organicidade da rede (Relação entre os coletivos de educadores, Fluxos de comunicação, Qual a dimensão e abrangência? Quem aglutina as informações? Como será a sua gestão? Quais são seus membros?); 5 - A estratégia político pedagógica da rede (Conhecer o contexto onde se insere, Qual a sua metodologia? Quais as estratégias de articulação e parcerias? Qual a sua relação com o movimento de economia solidária? Qual seu plano de ação?" (CFES Nordeste).

## 8. Encaminhamentos para Organização da Rede e Estratégias de continuidade do processo de construção do PPPP

Propostas de eixos e questões que contribuem para orientar a construção da rede de formadores nos Estados, como também estratégias para a continuidade do processo de construção do PPPP.

Constituir núcleos temáticos como estratégia de fortalecimento da rede de formadores para aprofundar temáticas inerentes/importantes da economia solidária a partir dos Estados e da identificação dos sujeitos que poderão contribuir com este processo. Partir dos eixos temáticos que saíram na Conferência Temática de Educação.

Núcleos Temáticos:

1. Qualificação técnica e Produção
2. Desenvolvimento Sustentável Solidário
3. Formação sócio-política e constituição dos sujeitos
4. Formação e assessoria técnica para autogestão
5. Processos de produção, comercialização, consumo e finanças solidárias

### # Propostas para organização da Rede

Os eixos apresentados pelo CFES NE foram uma referência que poderá ser discutida nos Estados. Poderá ser modificado, alterado, adaptados, etc.

<p><b>Eixo 1 - A Sustentabilidade da rede</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relação com os FEES</li> <li>- Relação com as políticas públicas</li> <li>- Captação de recursos</li> <li>- Relação com outras redes</li> </ul> <p><b>Eixo 2 - Os objetivos da rede</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O que motiva a existência da rede?</li> <li>- Por quê constituir a rede?</li> <li>- Qual a finalidade da rede?</li> <li>- Com quem?</li> </ul> <p><b>Eixo 3 - Os princípios e diretrizes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O que deve orientar as práticas da rede?</li> </ul>	<p><b>Eixo 4 - A organicidade da rede</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relação entre os coletivos de educadores</li> <li>- Fluxos de comunicação</li> <li>- Qual a dimensão e abrangência?</li> <li>- Quem aglutina as informações?</li> <li>- Como será a sua gestão?</li> <li>- Quais são seus membros?</li> </ul> <p><b>Eixo 5 - A estratégia político pedagógica da rede</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer o contexto onde se insere</li> <li>- Qual a sua metodologia?</li> <li>- Quais as estratégias de articulação e parcerias?</li> <li>- Qual a sua relação com o movimento de economia solidária?</li> <li>- Qual seu plano de ação?</li> </ul>
---	--

1. Começar a rede pelas bases através dos Coletivos Estaduais de Formação
2. Priorizar nas atividades formativas pessoas com perfil de formadores, considerando os outros projetos/programas governamentais.

3. Articulação com outros movimentos sociais;

4. Vivenciar a experiência de rede;

Espaços permanentes de comunicação (troca e partilha de saberes e socialização das vivências);

Rede virtual – canal aberto de comunicação;

- Encontros presenciais via atividades do CFES Nacional – conforme sugestão da plenária do dia 19/05;
- Blog (pode ser o Cirandas) – espaço virtual de socialização das experiências como um instrumento importante de sistematização

5. Possíveis demandas para a rede:

- Comitê metodológico – a proposta de um comitê ampliado que seja composto por pessoas das regiões que compõe a rede (além dos membros das equipes executivas dos CFES, também pessoas da rede que estão comprometidas com o processo e tem muito a contribuir); Discutir sobre as atribuições e funcionamento do Comitê Metodológico;
- A partir das diretrizes propostas em espaços de discussões políticas da economia solidária, pautar indicativos orientadores para educação em economia solidária que devem compor o PPPP do projeto CFES (considerando as diversidades regionais);
- Propor agendas comuns nos espaços de encontro presencial;
- Discutir sobre os desdobramentos dos grupos temáticos (considerados importantes para legitimar a diversidade da rede);

6. É consenso no grupo a utilização das atividades nacionais para ter um caráter de articulação e construção coletiva desse processo. E um dos eixos estratégicos destas discussões é a questão da sistematização mas que primeiro esta reflexão aconteça nas regiões respeitando a diversidades de cada estado no processo não como produto final.

7. Proposta de um desenho de como está a rede a nível nacional, para se ter uma visualização.

8. Formação mais continuada, estratégia para fortalecimento da rede, através por exemplo dos núcleos temáticos, expansão das oficinas (compartilhar estratégias)

9. Pensar a formação em território, e trabalhar as oficinas por temas, isso fortalece a rede também.

10. A rede de formadores precisa necessariamente de uma entidade ancora, para ser respaldada.

11. A criação do sistema com contribuição do próprio movimento, a partir do seu estágio de produção – Estratégias para que o espaço do CFES se aproxime das demandas do movimento – articulações regionais, pautas nacionais- exemplo de associar praticas formativas com demandas como espaço para discussão de pautas políticas

### **# Estratégias de continuidade do processo de construção do PPPP**

1. Integração dos programas nas instâncias políticas (conselhos gestores e comitês metodológicos) para que possamos construir a unidade na diversidade. Como os estados/regiões podem fortalecer esta política partir dos instrumentos/recursos que temos? Como o estado pode ampliar? Trazer para dentro dos CFESs.



2. Que as atividades do CFES Nacional sejam reformatadas a partir da proposta deliberada na plenária
3. Montar estratégias locais e regionais para discutir PPPP, para dentro das atividades formativas e utilizando este mote como forma de mobilização da Rede de Formadores
4. Integração entre os CFESs com atividades para troca de experiência
5. Referenciamos a proposta deliberada em plenária da produção de um documento de sistematização deste seminário
6. Conhecer as experiências das redes (nacionais, territoriais e ou locais) que existem. As atividades estaduais e regionais serão coordenados pelos CFES.
7. Realizar um Seminário Nacional sobre as redes, com representação das redes, com o objetivo de ser um momento de culminância de um processo de construção da Rede de Formadores.
8. Produzir um documento de sistematização dos resultados deste seminário que será remetido às regiões para aprofundamento do debate sobre o PPPP.
9. Garantir as atividades estaduais, regionais e uma atividade nacional de discussão sobre o PPPP. Seminário Nacional: 22 a 24/11/2010.
10. Construir o processo de discussão com os coletivos de formadores estaduais, nos conselhos gestores regionais até retornar ao conselho gestor do projeto CFES.
11. Reunião do Comitê metodológico do projeto CFES (objetivos, papel) para levar uma proposta para o Conselho Gestor e sistematizar o resultado do seminário: 21 e 22/05

#### **# Sobre os Comitês metodológicos**

- Refletir sobre a experiência que já se tem nas regiões
- Pensar em constituir este comitê nas regiões e socializar as metodologias utilizadas;

#### **# Propostas de Reorganização das Atividades do CFES Nacional**

- Realizar uma oficina nacional em duas etapas sobre sistematização para refletir o conjunto das experiências e práticas dos CFES Regionais e para produzir conhecimentos sobre a formação a partir destas experiências e irradiar estes conhecimentos para o conjunto da Economia Solidária
- Realizar uma oficina nacional em duas etapas para o tema da integração das ações dos vários programas da economia solidária que trabalham com educação em economia solidária e da organizabilidade da rede de formadores.
- Precisa constituir (formalizar a partir de um debate sobre o seu papel e objetivos) no Conselho Gestor um Comitê Metodológico com integrantes dos CFES Regionais.
- Incorporar no comitê metodológico pessoas que trabalham na área da pesquisa que são dos diversos campos da economia solidária para acompanhar e contribuir com o processo da sistematização da experiência de formação e da construção do PPPP.

## FONTES

Relatório da Primeira Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária, Brasília, 2006.

Relatório da Segunda Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária, Brasília, 2008.

I CONAES, Brasília, 2006.

II CONAES, Brasília, 2010.

Relatório Conferência Temática e Formação e Assessoria Técnica, Brasília, 2010.

Carta de Princípios, FBES.

## REFERÊNCIAS

GANDIN, 2001

NASCIMENTO, Claudio (2010) - Paixões pedagógicas. Texto produzido para orientar Seminário Nacional CFES – PPPP.

RAZETO, ?????: ??

SANTOS, Aline Mendonça (2010). Movimento da Economia Solidária no Brasil e os dilemas da organização popular. *Tese de doutorado*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Tiriba, ????:??

TIRIBA, Lia (2008). Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção. In *Perspectiva*. Revista do Centro de Ciências da Educação / UFSC, Volume 26, n. 1, jan./jun. P. 69-94. Florianópolis: Editora da UFSC:NUP/CED.

## Apêndice I – Orientações para reflexão Seminário Nacional PPPP

### Seminário Nacional: Projeto Político Pedagógico Participativo

Caros companheiros participantes dos Projetos CFES

Nas últimas reuniões realizadas entre o conjunto dos Centros de Formação em Economia Solidária, incluindo as reuniões do Conselho gestor Nacional e o Seminário Nacional de Formação de Formadores, realizado em Santa Maria/RS, de 19 a 21 de Janeiro, avaliou-se a importância de se discutir e aprofundar o Projeto Político Pedagógico do Projeto CFES.

O Seminário Nacional de Formação de Formadores teve dois grandes objetivos:

1 - fortalecer a articulação dos Formadores em Economia Solidária - rumo à constituição de uma Rede de Formadores em Economia Solidária;

2 - Animar as primeiras reflexões para a construção do projeto político pedagógico da formação em economia solidária – oferecendo, assim, subsídios para os Centros de Formação em Economia Solidária.

Desta forma, esta atividade contribui para destacar elementos que nos levassem a aprofundar os conteúdos dos projetos político-pedagógicos (PPP) dos CFES que culminou na realização de um Seminário Nacional, a ser realizado em Brasília, de 18 a 20/05.

A fim de propor uma estratégia metodológica para o seminário, foi deliberado, pelo Conselho Gestor do Projeto CFES, a organização de uma equipe metodológica, com representantes de cada CFES.

A primeira reunião foi realizada em Brasília no dia 11/04, com representantes dos CFES Regionais e Nacional e do FBES.

Encaminhamentos, reflexões e propostas acerca da construção do PPPP para o Projeto CFES:

- Cada CFES possui uma prática pedagógica fundamentada e o esforço que devemos fazer deve ser no sentido de explicitá-las enquanto PPP;
- Seria necessário fazer um documento que tratasse de convergências e divergências dos PPP's, buscando entender o sentido e contribuir para a consolidação da política nacional de formação em ES.

Para dar continuidade ao processo, foram debatidos os princípios que pensamos poder orientar a dinâmica desta construção, que entendemos sejam:

- Ter noção plural, contendo a diversidade dos projetos regionais.
- Articular o teórico ao prático.
- Explicitar acúmulos dos CFES / Fórum e outros grupos que já realizam essa discussão.
- Dar ênfase a perspectiva de construção contínua do PPPP.
- Buscar semelhanças, diferenças, convergências, particularidades, tendências e limites a partir dos estados.
- Aprofundar mais os aspectos do pedagógico.
- Dialogar sobre termos e conceitos “básicos”
- Trazer a identidade social, histórica e política construída para que as pessoas se reconheçam.

O acúmulo já existente nos debates realizados até então, caminhava para a organização de um PPPP que fosse construído a partir dos seguintes eixos:

- Contexto (Eixo 1)
- Conceitos político filosóficos (Eixo 2)
- Pedagogia da Autogestão e Sistematização (Eixo 3)
- Estratégia política, formativa e organicidade da rede (Eixo 4)

Assim, através de reuniões virtuais, e utilizando como base a proposta metodológica de GANDIN no livro “A prática do planejamento participativo” que todos podem discutir nos estados, propomos um roteiro de questões para orientar o primeiro momento de construção coletiva, que será em torno dos eixos 1, 2 e 3, que passa pela compreensão dos elementos centrais que cada CFES vem trabalhando no que se refere a:

- *Marco Situacional (Eixo 1)* – que expressa como percebemos a realidade global em seus problemas, desafios e esperanças em termos dos contextos de cada centro
- *Marco Doutrinal (Eixo 2)* – que expressa o Modelo de sociedade e utopia – fundamentação da proposta político-social dos centros regionais e nacional.
- *Marco Operativo (Eixo 3)* - que expressa a nossa utopia instrumental. Expõe as opções (em termos ideais) em relação ao campo de ação e fundamenta essas opções em teoria.

Diante do exposto, solicitamos que seja organizada uma reunião de articulação da rede de formadores do estado, com vistas a discutir e responder em forma de um texto coletivo por eixo (neste sentido, não vislumbramos à resposta de cada questão individualmente mas do conjunto das questões por eixo) que deverá ser contemplado na redação regional que cada CFES deverá trazer para o seminário nacional. O texto coletivo de cada estado deverá ser encaminhado à coordenação de cada CFES **até o dia 10/05.**

Até dia **16/05**, todos os textos deverão ser encaminhados pelos CFES ao CFES Nacional.

### **Questão orientadora 1:**

O que entendemos por projeto político pedagógico participativo ?

### **Questões orientadoras Eixo 1 (Marco Situacional – O contexto)**

1. Que aspectos podemos destacar na nossa região que caracterizam suas dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais?
2. Quais as relações que podemos estabelecer entre a realidade de nossa região e a realidade brasileira?
3. Quais as relações que podemos estabelecer entre a realidade da nossa região e a realidade global?
4. Qual o perfil dos sujeitos da economia solidaria em nossa região?
5. Que balanço podemos fazer dos avanços, limites e perspectivas da economia solidaria em nossa região?

### **Questões Orientadoras Eixo 2 – Marco Doutrinal (Fundamentos político-filosóficos)**

1. Qual é a concepção de sociedade que orienta nossos passos?
2. O que fundamenta o ideal de uma sociedade participativa, democrática e justa e qual o lugar da economia solidaria nesse processo?
3. Que valores devem estar presentes numa sociedade construída com base na economia solidária?
4. O que significa ser sujeito da economia solidária?
5. Como a economia solidaria pode contribuir para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável?
6. Qual o papel da educação (formação e assessoria técnica) no processo de construção da economia solidaria?

**Questões Orientadoras Eixo 3 - Marco Operativo (Pedagogia da autogestão e sistematização)**

1. Qual a concepção de educação que orienta as nossas ações?
2. O que é educação (formação, assessoria técnica e processos socio-culturais) em economia solidária?
3. Que tipo de pedagogia se adapta ao centro de formação em economia solidária que pretende uma ação transformadora?
4. Que orientações assumimos para a construção de um centro de formação em ES democrático e participativo?
5. Quais as nossas opções político-pedagógicas fundamentais para o desenvolvimento das ações do CFES?
6. Enfatizando a realidade regional, como se relaciona o CFES com o processo de transformação da sociedade, que alianças temos e queremos? Como aumenta e diminui nossa força?
7. Que princípios devem orientar nossa ação?
8. Qual o lugar da sistematização em nossa proposta metodológica ?

**Eixo 4 - Estratégia política, formativa e organicidade da rede**

1. Enfatizando a realidade regional, como se relaciona o CFES com o processo de transformação da sociedade, que alianças temos e queremos (foruns estaduais, SENAES, redes organizadas, FBES, outros atores)?
2. Como estas alianças aumentam ou diminuem nossa força?
3. Qual o papel do CFES regional e do CFES nacional e como vocês imaginam a articulação entre os 6 CFES no Brasil ?

**São referências bibliográficas para o nosso trabalho:**

NASCIMENTO, Claudio - Paixões pedagógicas. Mimeo, 2010.

GADOTTI, Moacir – Economia Solidária como práxis pedagógica, Série Educação Popular - vol. 1. — Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GANDIN, Danilo. **A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade.** Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss1articles/gandin.pdf> acesso em 8 de abril de 2000.

GANDIN, Danilo. **A prática do Planejamento Participativo.** 8 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.